

38º Encontro Anual da Anpocs

**GT14 - Entre as Ruas e os Gabinetes: institucionalização e
contestação nos movimentos sociais latino-americanos**

**Vizinhos do (in)conformismo: o Movimento dos Sem Teto da
Bahia entre a hegemonia e a contra-hegemonia**

Luiz Cezar dos Santos Miranda

**Salvador – BA
2014**

Vizinhos do (in)conformismo: o Movimento dos Sem Teto da Bahia entre a hegemonia e a contra-hegemonia

Luiz Cezar dos Santos Miranda¹

O Movimento dos Sem Teto da Bahia surgiu em julho de 2003, a partir de uma carência crucial da população: a habitação. Com um déficit habitacional de mais de 150 mil unidades em Salvador, o movimento tem como bandeira/reivindicação justamente a luta pela moradia digna, o que tem conquistado corações e mentes dos que não se encontram incluídos nos círculos de produção de valor e riqueza da sociedade. Seus integrantes são biscateiros, desempregados, sub-empregados, mães solteiras, retirantes, enfim, toda sorte de excluído com renda média de um salário mínimo ou sem renda. Numa rápida ascensão, o movimento organiza milhares de famílias em mobilizações que chamam a atenção da sociedade e do poder público. Porém, o movimento se defronta com um velho dilema: como se posicionar diante do Estado? A questão, obviamente, suscita posições divergentes e que se agudizam ao longo do tempo ao ponto de provocar uma cisão do movimento em dois agrupamentos com posições distintas em relação ao Estado e a projeto de sociedade.

O MSTB e o cenário do seu surgimento

A conjuntura política e econômica no Brasil no início da primeira década deste século é marcada por alguns eventos que advertem para a configuração de movimentos que emergem após a última década do século passado, marcada pela aplicação do receituário neoliberal, com o aprofundamento do nível de desemprego, privatização de empresas estatais, desregulação de direitos sociais, dentre outras. A eleição de Lula em 2002, àquela época eleito sob a expectativa de mudanças, apontava, para alguns, com a mudança nesse quadro. Em São Paulo, começam a estourar diversos movimentos de sem teto,

¹ Mestre em Sociologia pela Universidade Federal da Bahia e professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia.

sendo de grande projeção a ocupação de terreno da Wolkswagen em São Bernardo dos Campos, com milhares de ocupantes.

Na Bahia, o Bloco de Poder representado pelo carlismo apresenta as primeiras fissuras, com o ocaso político de seu líder ACM (Antonio Carlos Magalhães). Seu poder junto ao Planalto Central também se enfraquece, após ser um dos homens mais influentes no período FHC (Fernando Henrique Cardoso), só voltando a estabelecer relações com o Planalto em um período no governo Lula, onde vai se afastar após a crise do mensalão, apostando ser o fim político do presidente Lula. Tal questão vai se entrecruzar com uma grande mobilização popular-estudantil contra o aumento das passagens de ônibus que ficou conhecida como Revolta do Buzu, onde milhares de estudantes foram para as ruas, em todos os bairros, protestando contra o aumento da passagem do transporte coletivo em Salvador. Nesse episódio, o tratamento dado ao movimento dos estudantes divide a estratégia usada pela Prefeitura para tentar resolver a questão. Se de um lado, ACM e seus fiéis ortodoxos defendiam a repressão ao movimento, o prefeito Imbassahy (PFL), eleito com a mão visível do então senador do PFL, não pretende utilizar a polícia para reprimir as manifestações, pois tal repressão iria lhe custar politicamente um preço muito alto perante a sociedade. A Revolta do Buzu entrou para a história como uma das maiores mobilizações populares que a cidade já viu, criando um clima propício para o restabelecimento de outras mobilizações.

Um ano antes, ocorreu também uma mobilização de grandes proporções que foi a greve das Polícias Civil e Militar, que teve um impacto direto no governo do estado, sendo o governador à época César Borges, também sob a égide de ACM. A paralisação dos policiais, assim como outras, contribuíram para o agravamento das tensões sociais e de fissuras no comando carlista.

Por meses consecutivos, Salvador é apontada pelos órgãos de pesquisa de emprego e desemprego como a capital campeã em desemprego em todo o país (só perdendo para Recife, esporadicamente, com percentuais abaixo de 1%). Os grandes projetos de industrialização da Bahia que começou na década de 50 já davam claros sinais de alterações. O CIA – Centro Industrial de Aratu

praticamente faliu, com raras indústrias operando. O Pólo Petroquímico de Camaçari, assim como a Refinaria Landulpho Alves – Mataripe passam, assim como todo parque industrial em tempos neoliberais, por um processo de reestruturação da organização e gestão do trabalho, com conseqüências absolutas e relativas para a organização dos trabalhadores, contribuindo para o agravamento do desemprego na região metropolitana. A implantação de uma filial da montadora Ford no estado é especulada como panacéia para a questão do desemprego mas, sendo uma das unidades mais modernas de toda a companhia no mundo, praticamente todo o processo produtivo automatizado, informatizado e robotizado, a chegada da empresa em nada modifica o quadro de desemprego no estado, sendo, na verdade, um grande acordo político e empresarial – com efeitos midiáticos - para a instalação da montadora em terras baianas. O Bloco de Poder, assim como boa parte dos empresários no estado, já não se entusiasma com o setor secundário e proclama que Salvador “tem tendência para uma cidade de serviços”, ou seja, setor terciário, sendo que o boom do momento é o turismo. O processo de pauperização da população avança, e, assim, com ela, a violência.

A precaridade das condições de moradia se manifesta nesse quadro, onde a política habitacional dos oito anos de governo FHC não deu prioridade para a questão. O governo Lula, ainda no início, cria o Ministério das Cidades, porém, “os recursos federais destinados à construção de moradias populares ou acabaram alocados para áreas diferenciadas ou não foram direcionadas para responder à carência destes segmentos de baixa renda pertencentes a faixa de zero à três salários mínimos” . Se o processo histórico de ocupação do solo urbano de Salvador se deu a partir da década de 50 do século passado, pela periferização das moradias populares, pelas ocupações para onde foram empurrados milhares daqueles que vivem-do-trabalho, pela especulação do mercado imobiliário, no último decênio e na década atual a crise habitacional tem se agravado. Segundo números do MSTB , na Bahia o número de famílias que necessitam de moradia está em torno de 150 mil. Aponta, ainda, que segundo a própria Prefeitura Municipal de Salvador cerca de 90 mil famílias não possuem moradia e que nas estimativas do IBGE estas somavam 118 mil famílias no ano de 2000.

Estado, sociedade civil e hegemonia

O Estado tem sido analisado ao longo da história por sujeitos coletivos e individuais no que concerne ao seu caráter e as possibilidades de sua superação. Lênin (2007) busca na formulação marxiana a concepção crítica de Estado, interpretando Engels, onde em A origem da família, da propriedade e do Estado, cita

O Estado não é, de forma alguma, uma força imposta, do exterior, à sociedade. Não é, tampouco, “a realidade da Idéia moral”, nem “a imagem e a realidade da Razão” como pretende Hegel. É um produto da sociedade numa certa fase do seu desenvolvimento. É a confissão de que essa sociedade se embaraçou numa insolúvel contradição interna, se dividiu em antagonismos inconciliáveis de que não pode desvencilhar-se. Mas, para que essas classes antagonicas, com interesses econômicos contrários, não se entre devorassem e não devorassem a sociedade numa luta estéril, sentiu-se a necessidade de uma força que se colocasse aparentemente acima da sociedade, com o fim de atenuar o conflito nos limites da “ordem”. Essa força, que sai da sociedade, ficando, porém, por cima dela e afastando cada vez mais, o Estado.

O Estado, dessa forma, é fruto de uma construção histórica e um instrumento de exploração da classe operária, segundo Lênin, concordando com Engels. Com efeito, para por fim a opressão e a exploração da classe dominante, o fim do Estado se faz mais que necessário, com o fim do antagonismo entre classes, desaparecendo da mesma forma como apareceram, com o mesmo destino histórico. Tal destino não se dá por acaso, mas pela luta política daqueles que se opõem à dominação e a exploração. Como estratégia, faz-se necessário a tomada do controle do Estado pelas forças populares para operar seu “definhamento” :

O proletariado se apodera da força do Estado e começa a transformar os meios de produção em propriedade do Estado. Por esse meio, ele próprio se destrói como proletariado, abole todas as distinções e antagonismos de classe e, simultaneamente, também o Estado, como Estado. A antiga sociedade, que se movia através dos antagonismos de classe, tinha necessidade do Estado, isto é, de uma organização da classe exploradora, em cada época, para manter as suas condições exteriores de produção e, principalmente, para manter pela força a classe explorada nas condições de opressão exigidas pelo modo de produção existente (escravidão, servidão, trabalho

assalariado). O Estado era o representante oficial de toda sociedade, a sua síntese num corpo visível, mas o era como Estado da própria classe que representava em seu tempo toda a sociedade: Estado de cidadãos proprietários de escravos, na Antiguidade; Estado da nobreza feudal, na Idade Média; e Estado da burguesia, nos nossos dias. Mas, quando o Estado se torna, finalmente, um representante efetivo da sociedade inteira, então torna-se supérfluo. Uma vez que não haja nenhuma classe social a oprimir; uma vez que, com a soberania de classe e com a luta pela existência individual, baseada na antiga anarquia da produção, desapareçam as colisões e os excessos que daí resultavam – não havendo mais nada a reprimir, e, um poder especial de repressão, um Estado, deixa de ser necessário.

É certo que o Estado se complexificou desde os tempos de Lênin e Engels aos dias de hoje, embora seu caráter de classe permaneça. Ralph Miliband (1972) e Poulantzas (1977) procuram responder a essas complexidades do Estado contemporâneo, seguindo a análise marxista. Miliband destaca a diferença entre governo e Estado, destacando que se faz muita confusão sobre a natureza e a incidência do poder estatal e tal confusão pode acarretar conseqüências políticas. O autor chama atenção para, nessa confusão, acreditar que governo é realmente o Estado, e, com efeito, acreditar que a obtenção do poder governamental equivale a aquisição do poder estatal. Miliband aponta que tal crença está repleta de grandes riscos. “A fim de entender a natureza do poder estatal, é preciso antes de tudo distinguir e em seguida relacionar os vários elementos que integram o sistema estatal”, afirma. Poulantzas analisa a crise do Estado capitalista moderno, em sua fase monopolista – diferentemente de Lênin e Engels, que se reportavam ao Estado em sua fase concorrencial - está articulada com as transformações mais gerais relativas a sua forma nessa fase. Na contemporaneidade, o Estado capitalista se apresenta com seu caráter imperialista – já previsto por Lênin – entrando em uma nova fase de sua evolução: a globalização, sobretudo dos processos produtivos e do funcionamento dos diversos mercados (Boron, 2006).

Atílio Boron tem se debruçado sobre temas como os movimentos sociais e processos de hegemonia e contra-hegemonia, sobretudo na América Latina, e as perspectivas de transformação social. Ao fazer tal discussão, o autor argentino indaga sobre um dilema, lembrando os escritos de Marx: “como constituir um sujeito coletivo capaz de liberar a sociedade de todas as suas amarras, superando a atomização e fragmentação próprias do individualismo

da sociedade burguesa?”, ou, em termos hegelianos, “como deixar de ser classe-em-si e se converter em classe-para-si?”. A resposta a tal pergunta, que custa caro, não se tem de imediato, o que tem suscitado muito debate por parte daqueles que se opõem ao capital e a sua sociedade. Para o sociólogo argentino, os movimentos sociais podem assumir um papel de vanguarda nesse projeto de transformação social, haja visto que, segundo o autor, os partidos políticos atravessam grave crise, o que explica em boa medida o crescente papel desempenhado pelos movimentos sociais nos processos democráticos na América Latina. Considera ainda que houve uma “deslegitimação da política e dos partidos”, abrindo espaços para os movimentos sociais, adquirindo protagonismo na maioria dos países. Boron considera isso como reflexo da incapacidade dos fundamentos legais e institucionais das “democracias” (aspas do autor) latino-americanas para resolver a crise sócio-político dentro dos procedimentos estabelecidos constitucionalmente.

Boron considera que as grandes mobilizações políticas de grandes setores da sociedade latino-americanas se devem às lutas contra políticas neoliberais de governo do continente. Porém, sem querer cair no entusiasmo momentâneo, o autor questiona se essas mobilizações são meros episódios isolados ou refletem uma “dialética histórica tendencialmente orientada para a reinvenção da democracia?”. Respondendo a sua própria indagação, Boron assinala que – observado o período histórico, a começar pelos anos 80 – não foi nada accidental a crescente mobilização das classes populares. Não por menos, os governos dos países da América Latina que caíram por força da pressão popular foram justamente aqueles que eram obedientes a Washington. Os que não caíram enfrentaram os movimentos sociais que se opunham às políticas neoliberais, realizando campanhas vitoriosas, como o Uruguai (obras sanitárias e terminais portuários); o abastecimento de água e a eletricidade na Bolívia e Peru; as grandes mobilizações em todo continente contra a ALCA; para pedir a nacionalização do petróleo e gás na Bolívia; contra a privatização do petróleo no Equador e a telefônica na Costa Rica; e os sistemas de saúde em vários países.

A reflexão que se tem que fazer desse novo protagonismo é sobre a necessidade que os partidos políticos, sobretudo os que tem um projeto emancipador, de conceber uma estratégia que supere os limites do jogo eleitoral. “Não se pode transformar radicalmente uma ordem social estruturalmente injusta e predatória somente com armas eleitorais”, afirma Boron, que considera que a burguesia sabe bem disso, não trabalhando de modo “ingênuo e unilateral” e não tem uma estratégia única, em um só cenário de luta. Para fazer esse enfrentamento, uma estratégia contrária à burguesia requer grandes e diversificados recursos que nenhuma força popular tem a sua disposição. Porém, é certo também que os partidos de esquerda que tem perspectiva transformadora não basta denunciar a injustiça da sociedade capitalista, e sim serem capazes de conceber a aplicar estratégias mais integrais, que combinem, junto com a eleitoral, outras formas de luta. Nesse terreno, os movimentos sociais têm demonstrado maior criatividade que as organizações políticas. Boron (2006) lembra que os últimos acontecimentos no continente demonstram que esses movimentos tem adquirido uma capacidade inédita de desalojar do poder governos anti-populares, desconsiderando mecanismos estabelecidos constitucionalmente.

Inspirado, sobretudo em Lênin e Rosa Luxemburgo, o sociólogo argentino afirma que os problemas da organização popular, a consciência e a tática de luta têm inúmeras interrogações. Para Boron, a questão da organização é uma questão política, de primordial importância. Essa questão não goza de audiência na atual conjuntura, a exemplo da concepção de Hardt e Negri de que

Los movimientos sociales son las expresiones infinitas de la multitud y esta, por su carácter descentrado, desterritorializado, molecular e nomádico, es radicalmente incompatible con un planteamiento de estrategia y táctica, que consideran una forma de actuación política correspondiente a una época, la del imperialismo, según ellos históricamente superadas (op cit).

Contrariando as teorizações da moda, Boron afirma que o problema da estratégia e da tática para as classes subalternas está indiscutivelmente unido

a de perspectiva de sua própria emancipação. Não há alternativa fora do protagonismo que podem assumir os sujeitos que constituem o campo popular.

De acordo com o marxista argentino, sem a mobilização dos movimentos sociais, sem suas conquistas do espaço público não haverá mudanças para o pós-neoliberalismo. Boron afirma que isto só não basta, pois, a exemplo das mobilizações populares que conseguiram derrotar governos neoliberais se esfumaram logo depois, porem reconduzindo governos muito parecidos com os defenestrados. Esses movimentos não foram capazes de sintetizar sua diversidade em um novo sujeito político imbuído dos atributos necessários para consolidar a correlação de forças existente e evitar a recaída de situações anteriores.

Para além das questões levantadas acima, a disputa política e ideológica travada pelos setores populares para a construção de uma nova sociedade, ou mesmo de um período pós-neoliberal, pressupõe a conquista de “corações e mentes” de todos aqueles que não detêm a propriedade dos meios de produção. Se os movimentos sociais encontram-se na esfera da sociedade civil, é nesta que os proponentes da mudança devem pensar a organização e a mobilização para a transformação como um todo da sociedade. Até então, as principais contribuições dos teóricos materialista pressupunham a tomada do Estado como alvo central das ações revolucionarias. Porém, para tanto, é necessário um acúmulo para tal empreitada. Nesse sentido, a formulação de Gramsci dá uma grande contribuição no sentido de pensar a sociedade civil no seu aspecto cultural como fator fundamental para alcançar a sociedade política e sua transformação. Por sociedade civil Gramsci entende tudo que não é estatal e não está relacionado com a esfera econômica (igreja, sindicatos, clubes, imprensa, escola, etc), diferentemente da elaboração de Marx.

Gramsci, fortemente influenciado pela conjuntura italiana no período em que viveu de um processo de “endurecimento” político e burocrático na União Soviética, entende que a conquista do poder (sobretudo estatal) não se dá exclusivamente no plano político, pensado a exemplo de Lênin (Portelli, 1977), mas também na esfera mais permeável a acúmulos a ações fora da ordem,

que é a sociedade civil, no seu aspecto cultural. É na sociedade civil que Gramsci aposta na transformação da superestrutura, acreditando ser a esfera onde a disputa é mais livre. Na elaboração marxiana, sociedade civil é a produção privada. O pensador italiano inova e dá contribuição ao pensamento revolucionário ao criar o conceito de hegemonia, sendo que esta é fundamental para qualquer processo de tomada de poder. Nesse sentido,

Hegemonia é uma combinação de liderança (ou direção moral) com dominação. É exercida através do consentimento e da força, da imposição e da concessão, de e entre classes e blocos de classes e frações de classes. Esta pode se dar de forma ativa, como vontade coletiva, ou se manifestar de forma passiva, através de um apoio disperso ao grupo dirigente/dominante (Almeida, 2003).

A hegemonia também se apresenta como uma construção instável, sempre sujeita a alterações na sua correlação de forças, pois para toda hegemonia há contra-hegemonia. Por isso há que a hegemonia sempre renovar-se (não necessariamente mudar), a cada conjuntura, com concessões e coerções, pois o exercício do poder exclusivamente pela segunda forma, expressando-se de forma despótica, ditatorial, não arregimentaria o apoio necessário para sua sustentação que não fosse só por uma conjuntura. O que Gramsci formula é que dominação pura e simples não basta para a manutenção do poder. É necessário a concessão para a construção de valores comuns, tanto para mascarar os antagonismos de classe como para legitimar a classe dirigente/hegemônica. A dominação não pode parecer como dominação, e sim como uma sociedade comum a todos, sem distinção de classes. E é nos aspectos culturais, na construção de valores que Gramsci considera fundamental a luta política. Sem a hegemonia nessa esfera não há possibilidade de construção contra-hegemônica.

Mas não só no campo cultural que a hegemonia se expressa e/ou se constrói. A economia, como esfera fundamental da sociedade, também exerce importância nuclear na elaboração de Gramsci, "(...) pois se a hegemonia é ético-política também é econômica; não se pode deixar de se fundamentar na função decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo decisivo da atividade econômica" (Gramsci, citado por Almeida, 2003). Para que um grupo ou classe

seja hegemônico não basta ser dominante, tem também que controlar a economia. Assim, as relações entre as esferas da economia, do Estado e da sociedade civil são imbricadas, dinâmicas e dialéticas, influenciando e sendo influenciados. A hegemonia permeia, então, as esferas citadas.

Por apresentar certo grau de instabilidade, a hegemonia pressupõe a contra-hegemonia, ou seja, forças que resistem à ação dirigente/dominante, propondo projetos alternativos ao estabelecido. Nesse aspecto, a leitura sobre a luta de classe pode ser feita à luz do conceito de tal dicotomia. Com efeito, essa relação de classes com o processo hegemônico tem ligação indissolúvel com o conceito de Bloco Histórico, pois “segundo Gramsci, é no interior do bloco histórico que se realiza uma hegemonia determinada” (Macciocchi, 1977). A autora cita o próprio Gramsci, nos Cadernos do cárcere, para definir tal conceito:

A infra-estrutura e a super-estrutura formam um ‘bloco histórico’, ou seja, o conjunto complexo, contraditório e discordante da super-estrutura é o reflexo do conjunto de relações sociais de produção.

O Bloco Histórico é, destarte, uma articulação de forças políticas, culturais hegemônicas e se constrói a partir de uma aliança de classes e frações de classe, mas que só se efetiva a partir da conquista do poder de estado, momento em que se concretiza a hegemonia como combinação de direção e dominação (Almeida, 2003).

Gramsci dá destaque ao papel dos intelectuais – que tem função dirigente - no processo de construção e manutenção da hegemonia. Um dos requisitos para o exercício da hegemonia é a atração para seu campo de intelectuais antagônicos a sua classe pela sua importância na criação de visão de mundo, de concepções ideológicas, o que poderia se dar no campo contra-hegemônico, sendo que a reação do grupo hegemônico seria, a princípio, a cooptação desses intelectuais, na permanente luta política de classes. Ao processo de mudança de posição de classe de intelectuais Gramsci concebe como uma decapitação intelectual, quando este renega suas elaborações originais em defesa da classe contra-hegemônica e passa a aderir ao Bloco de

Poder. A decapitação intelectual, metáfora criada por Gramsci para designar a capitulação de classe, obviamente aponta para a semelhança com a decapitação física na medida em que há resistência desses intelectuais aos “chamamentos” da força contrária, sendo que a coerção é um meio utilizado pelos grupos hegemônicos para exercer a dominação, assim não exitariam em lançar mão de expedientes para eliminar fisicamente aos que ameaçarem o poder instituído. Por sua vez, o transformismo é quando um intelectual passa a defender outra posição de classe sem antes ter defendido uma outra de origem.

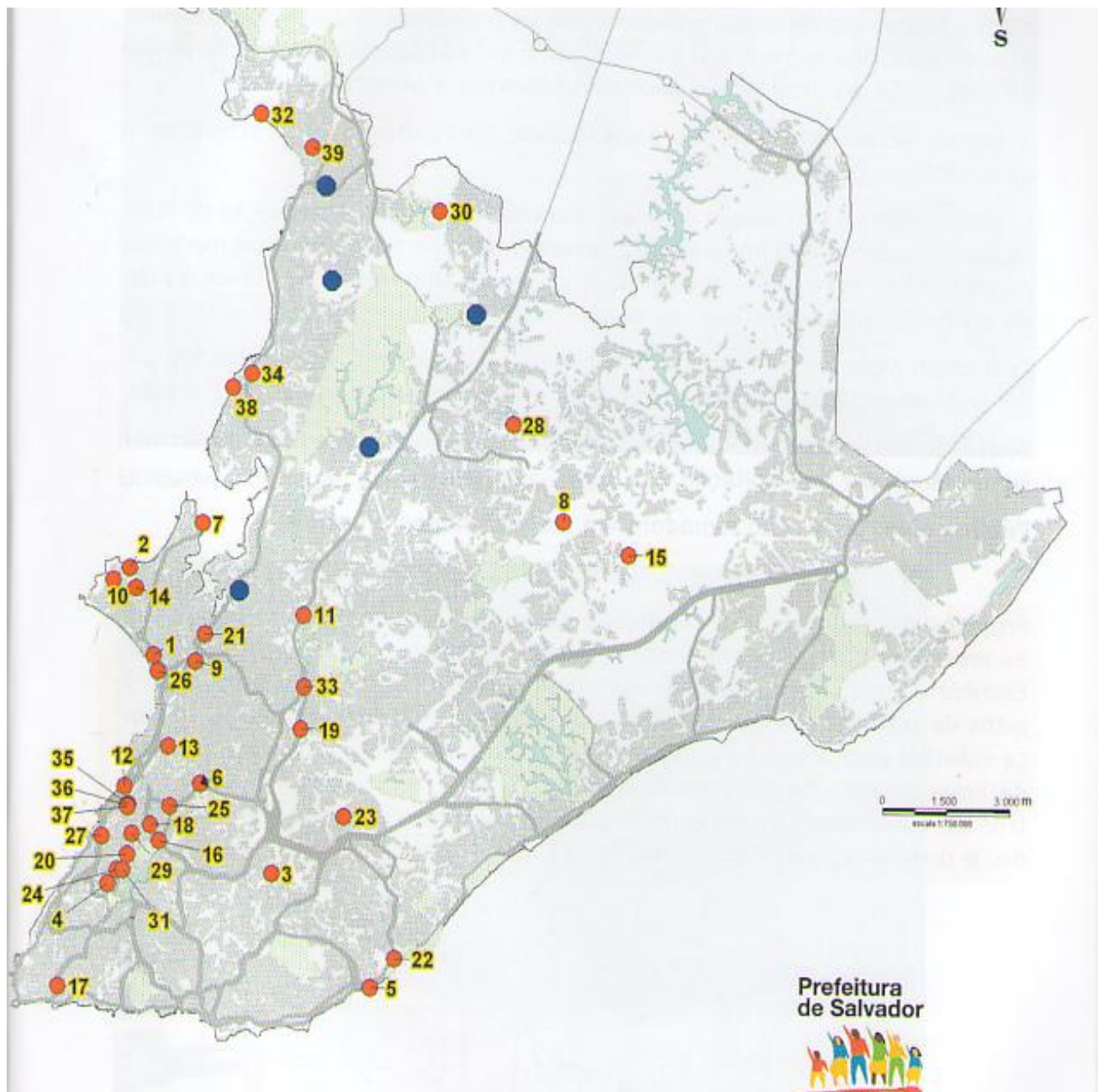
O Movimento entre a hegemonia e a contra-hegemonia

Os sujeitos históricos resultantes desse processo não são passivos. Diante da ofensiva do capital excludente, os “de baixo” percebem-se do lado oposto desse capital e reivindicam o que seria o essencial para reprodução de condições digna de vida: teto para morar. Educação, saúde, igualdade de direitos, reconhecimento social, tudo, enfim. Os movimentos sociais ganham cores fortes, questionando a brutal desigualdade social da sociedade vigente. Segundo Antunes (2004),

Nesta monumental sociedade dos precarizados e excluídos, o que os novos movimentos sociais urbanos estampam é algo com o que devemos começar a nos acostumar: a sociedade do consumo destrutivo e supérfluo, ao mesmo tempo que cria necessidades múltiplas de consumo fetichizado, de fato impossibilita que amplos contingentes de trabalhadores, de verdadeiros produtores da riqueza social, dela participem sequer como apêndice, nem mesmo como membros da sobra de consumo.

Por sem teto, utilizamos o conceito adotado pelos dirigentes do movimento, que consideram assim desde população de rua, à gente que mora de favor ou de aluguel e não tem dinheiro para pagar, enfim, uma classificação ampla para designar todos que não possuem moradia pela sua precária condição social. O MSTB – Movimento dos Sem Teto da Bahia – surge justamente dessa necessidade: moradia como direito social. Com grande capacidade de

mobilização, o MSTB tem se destacado no cenário social e político da capital baiana por colocar em pauta a questão da moradia como problema estrutural da sociedade. Com 300 famílias em junho de 2003, quando começou, o movimento conta hoje com mais de 20 mil famílias cadastradas, ocupando dezenas de terrenos e prédios públicos e privados espalhados pela cidade.



LEGENDA

- NÚCLEO DE CADASTRO MSTB
- OCUPAÇÕES

Fonte: Secretaria Municipal de Habitação – SEHAB; Cadastro SEHAB/PMS, jan/2007
(Informações MSTs/MSTB), in *Plano Municipal de Habitação de Salvador – 2008-2025*.

Porém, com a ascensão do Movimento dos Sem Teto, começam a evidenciar as primeiras divergências quanto ao movimento. As quatro principais lideranças do movimento à época, Idelmario Proença, Jhones Bastos, Pedro Cardoso e João Dantas, tinham táticas e estratégias diferenciadas de condução do movimento. De um lado, os que defendiam que o movimento deveria manter uma postura autônoma em relação ao Estado, de defesa da superação da sociedade capitalista como projeto estratégico, de fazer as ocupações como instrumento de pressão contra o Estado (quem tem caráter de classe), ou seja, uma concepção contra-hegemônica. Tal posição era defendida pelos dois últimos coordenadores do movimento. Do outro lado, numa posição defendida pelos dois primeiros, estes propunham um movimento meramente reivindicativo das questões economicistas e imediatas, sem crítica ao Estado, muito pelo contrário, estabelecendo o que eles chamam de “parceria”, numa clara relação de institucionalização do movimento, sem projeto estratégico, assumindo uma posição hegemônica da sociedade vigente.

Na sua origem, na primeira ocupação na Estrada Velha do Aeroporto, o movimento contava com uma coordenação de cerca de 20 pessoas. Ao longo de sua trajetória, muitos se afastaram do movimento, e outros se incorporaram com novas ocupações. Assim, poucas pessoas acompanharam a trajetória do movimento desde a primeira ocupação em 2003 aos dias de hoje.

As diferenças se evidenciavam no estilo de liderança, sendo que o campo formado pelos dois primeiros supra citados, eram apontados com um estilo autoritário de liderança; por sua vez, o outro campo político era visto com uma forma democrática, valorizando as opiniões da base do movimento. Tais características apontam para visões diferentes sobre organização e mobilização do MSTB, se refletindo como elemento de cisão do movimento. Dessa forma, o aprofundamento das divergências – que chegaram a termos irreconciliáveis – levou a uma cisão que permanece aos dias de hoje. Assim, ambos se julgam herdeiros do movimento surgido em 2003 na Estrada Velha do Aeroporto.

Na relação com o Estado, o campo político composto por Ildemario e Jhones estabelecem uma relação na qual o Estado não se apresenta como antagônico aos interesses de classe do movimento, muito pelo contrário. Nas diversas mobilizações e negociações, esse campo sempre se pautava pelo discurso da parceria, numa evidência de sua institucionalização. Tal prática apresenta-se desde a eleição do presidente Lula, em 2002, sendo que se aprofunda mais com a eleição de Jaques Wagner para governador da Bahia, em 2006. Esse campo propõe que se cessem as ocupações, que isso era coisa do passado e passa a estabelecer um atrelamento à estrutura do estado, sobretudo na relação com a Conder (Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia), onde ocupa relação privilegiada nas negociações com este órgão, em detrimento do outro campo do MSTB. Tal relação já se evidenciava anteriormente à eleição do governador do PT.

Um episódio que mostrou isso foi a ocupação da sede da Conder (ainda sob a gestão de Mario Gordilho, sendo o governador do estado Paulo Souto, do então PFL, atual Democratas), em abril de 2006, quando diversos movimentos sociais reivindicavam uma pauta que atendesse aos movimentos presentes. A ocupação foi tensa, onde o governo do estado se armou com forte aparato policial (tendo à frente do destacamento o capitão Muller, o mesmo que comandou a repressão aos movimentos sociais em abril de 2000 em Porto Seguro, durante os protestos dos 500 anos de resistência negra, indígena e popular) para reprimir os movimentos sociais presentes, sendo que, após uma longa negociação, a ocupação se encerrou no final da tarde. O campo formado pela visão contra-hegemônica se fez presente na ocupação, tendo papel destacado na ação. Por sua vez, Ildemario, pressionado pela base, chegou a ir no ônibus que conduzia os militantes para a ocupação, mas não sem fazer um discurso de que aquele ato era impensado. Em seguida, não participou da mobilização.

Como o mesmo tinha uma relação atrelada à Conder, no dia seguinte, num discurso alinhado ao órgão do governo, fez duras críticas à ocupação, afirmando que “a ocupação foi inoportuna. O governo tem mantido negociações

com o movimento há algum tempo e, dentro das possibilidades, temos atendidos as reivindicações. Nos próximos dias serão entregues 150 casas nos bairros de Valéria e Sussuarana Velha”. Adiante, afirma ainda “ocupar um órgão com o qual estamos fazendo negociações foi um ato extremamente impensado e muitos dos manifestantes não sabiam que estavam indo ocupar a Conder” .

Contrário a tal visão, entendendo que o Estado tem caráter de classe e que os movimentos sociais também tem composição de classe, o campo contra-hegemônico do MSTB se expressa afirmando “Nós, do MSTB, ao lado do Movimento Sem Terra (MST), fazemos parte dos setores da esquerda que não se engessaram ou sucumbiram ao poder com a ascensão de Lula à presidência da República” .

Antes da realização do I Congresso do Movimento dos Sem Teto, em 2005, começam a surgir as primeiras divergências quanto a posição do movimento frente ao Estado e ao caráter estratégico MSTB. De um lado, um campo político – assim chamado por expressar uma concepção de movimento – que pensava o movimento como reivindicativo, pautado nas lutas economicistas e imediatas, com um longínquo discurso sobre as questões macro da sociedade, e com uma relação de “parceria” (termo muito utilizado por esse campo) com o Estado, ao qual avaliamos como um campo não contra-hegemonico, ou seja, que não tem uma concepção de movimento social com caráter de classe e conseqüentemente não vê o Estado também com esse caráter; por outro lado, um campo político da direção do MSTB que vê o movimento com caráter estratégico, de luta contra a hegemonia das classes dominantes, entendendo o problema da moradia como problema estrutural do capitalismo e o Estado como materialização dessa dominação. Assim, assumindo uma posição contra-hegemônica nas suas concepções e práticas no movimento.

As diferenças se evidenciavam no estilo de liderança, sendo que o campo formado pelos dois primeiros supra citados, eram apontados com um estilo autoritário de liderança; por sua vez, o outro campo político era visto com uma forma democrática, valorizando as opiniões da base do movimento. Tais

características apontam para visões diferentes sobre organização e mobilização do MSTB, se refletindo como elemento de cisão do movimento. Dessa forma, o aprofundamento das divergências – que chegaram a termos irreconciliáveis – levou a uma cisão que permanece aos dias de hoje. Assim, ambos se julgam herdeiros do movimento surgido em 2003 na Estrada Velha do Aeroporto.

Isso se expressa em discursos, práticas, ações, manifestações, reivindicações, relações estabelecidas, alianças, concepção de conquistas, etc. No Campo A, ao qual metodologicamente denomino como o contra-hegemônico, conseguimos perceber seu enquadramento como tal, ao longo da análise dos documentos, falas, discursos ou quando retratados na mídia; por sua vez, o Campo B, entendido como adaptado à hegemonia, percebemos claramente suas posições de acordo com a categorização teórica.

Nas suas alianças com entidades próximas, o campo político que tem uma visão de “parceria” com o Estado se alia com entidades como CMP (Central de Movimentos Populares), União Nacional de Luta pela Moradia, CUT (Central Única dos Trabalhadores), CONAM (Confederação Nacional das Associações de Moradores), FABS (Federação das Associações de Bairro de Salvador), que têm posições semelhantes a esse campo político. Por sua vez, o outro campo tem relações com o CEAS (Centro de Estudos e Ação Social), Comuna (organização política), SAJU (Serviço de Jurídico da Ufba), CJP (Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese).

As contradições entre os dois campos se apresentam em outros aspectos da sua organização e mobilização. Assim, o movimento cinde-se com concepções e práticas diferenciadas, onde os projetos estratégicos e táticos mostram claras diferenças, sendo um campo político que não se propõe a mudar a hegemonia vigente da sociedade do capital, e um outro, propõe-se enquanto movimento autônomo, independente do Estado, defendendo uma posição contra-hegemônica da sociedade, com uma visão classista de sociedade e de movimento.

Conclusões

Na cisão cristalizada no MSTS/MSTB entre dois campos, categorizo a formação de dois movimentos dos sem teto, apesar do mesmo nome, mas com direções diferentes, eleitas em fóruns diferentes, como organizações e mobilizações diferentes e com concepções e práticas diferentes; um campo adaptado à hegemonia social, política e cultural hoje existente, se pautando por reivindicações economicistas, imediatista, com ações meramente táticas, desconectado com a totalidade da sociedade, sem visão crítica do mundo do capital, desprezando qualquer elaboração teórica, atrelado ao Estado e sem um projeto classista para a sociedade; de outro lado, um campo contra-hegemônico, com discurso e prática de crítica à ordem, com concepção classista, independente do Estado, compreendendo que a luta não é só pela casa e sim por mudanças estruturais na sociedade que subvertam a ordem perversa da exploração e precariedade da forma de habitar.

Diante do cenário formado com a eclosão de dois movimentos distintos, poder-se-ia perguntar se não há a possibilidade de reversão desse cenário, com a reunificação do Movimento dos Sem Teto. Ante o exposto pelos sujeitos ao longo da pesquisa, tal proposta não está no horizonte. Não só as divergências, mas também as diferenças estabeleceram relações de animosidade entre os sujeitos dos dois campos, dificultando uma futura reunificação. Para além disso, a história dos movimentos sociais está repleta de cisões que jamais se voltaram atrás.

Porém, tais características não querem dizer que o Campo A seja homogêneo em suas posições. É factível haver tensionamentos internos por conta de diferenças de concepção e prática, de organização e mobilização. Ou seja, nem todos podem apresentar posições contra-hegemônicas, apesar de haver um esforço da direção do movimento nesse sentido. Para além das linhas estratégicas do MSTB, as divergências e diferenças existem no Campo A. Além disso, como todo movimento e organização que atua na sociedade civil ou na institucionalidade estatal, este campo também está sujeitos a pressões materiais e ideológicas hegemônicas. E isto aponta para um sempre duro e

prolongado processo de resistência, formação política e construção de práticas e identidade coletiva para que possa manter suas características diante da desproporcional força material e simbólica das classes dominantes e do Estado.

Bibliografia

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho? Ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho.** São Paulo: Cortez Editora. 1995

MARX, Karl. **Manifesto Comunista.** Editora Centauro, 2006

LÊNIN, V. I. O Estado e a revolução. São Paulo: Expressão Popular, 2007

BORON, Atílio. **Crisis de las democracias y movimientos sociales en América Latina: notas para una discusión,** in revista OSAL, ano VII, nº 20, mayo-agosto de 2006.

MILIBAND, Ralph. **O Estado na sociedade capitalista.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.

POULANTZAS, Nicos. **Estado em crise.** Rio de Janeiro: Graal Editores, 1977.

PORTELLI, Hugues. **Gramsci e o Bloco Histórico.** Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1977.

ALMEIDA, Jorge. **Estado, hegemonia, luta de classes e os dez meses do governo Lula,** in Crítica Social, nº 03, dezembro de 2003.

MACCIOCCHI, Maria-Antonietta. **A favor de Gramsci.** Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1977.